



CONTRATO Nº.../.....

PAD nº 6.064/2020

ANEXO III

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, que entre
si fazem o TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela nº Lei 10.520/02, Decretos nº 10.024/19, nº 7.892/13, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, suas alterações e legislações pertinentes, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, e em conformidade com Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS nº./2020, Termo de Abertura de Licitação nº 21/2020 e a proposta vencedora, PAD principal da licitação sob nº. 6.064/2020;

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Bairro: Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº
....., com sede na Rua, nº, sala,
bairro:, cidade:, CEP:, telefones:
e-mails:....., neste ato representada por....., portadora do CPF/MF sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de **locação de veículos, item, quantidade, descrição** (sem motorista e sem combustível), para atendimento das demandas do período eleitoral, dentro do Estado do Paraná.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no instrumento convocatório do edital de Licitação, no Termo de Referência

- anexo I, e demais anexos do Edital que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

1.3 - Não será permitido transferir a outrem o objeto da presente contratação, no todo ou em parte.

1.4 - Regime de execução

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Do quantitativo de veículos para atender esta contratação, segue descritivo especificado abaixo:

(Adequar quantidade e especificação solicitada conforme o pedido e Termo de Referência - Anexo I)

Item	Descrição	Quantidade	Período da locação
-	-	-	-

2.2 - Das características físicas e mecânicas dos veículos:

2.2.1 - Para atender esta contratação, o(s) veículo(s) a serem disponibilizados pela contratada será(ão) conforme item..... do Termo de Referência - anexo I.

2.2.1.1 - Veículos (item(ns).....) - sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre, seguro total e franquia zero:

(Adequar especificação solicitada conforme o pedido item 2.2.1 ou 2.2.2 do Termo de Referência - Anexo I)

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k)
- l)

2.2.2 - Os veículos deverão manter as características originais, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa contratada ou terceiros, exceto, a critério da contratante, a aposição de adesivo com a logomarca do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e com os termos "A serviço do TRE-PR".

2.2.3 - Os veículos deverão ser mantidos em excelente estado de conservação, sem danos visíveis à carroceria (lataria, pintura, vidros, faróis e lanternas), bem como mecânica em perfeitas condições de uso e sem ruídos que possam causar quaisquer tipos de constrangimentos aos passageiros ou risco à segurança.

2.2.4 - O veículo deverá ser mantido em condições de higiene e limpeza interna e externa, de modo a preservar a imagem do Tribunal Regional Eleitoral, bem como a saúde dos passageiros.

2.2.5 - Eventual manutenção mecânica ou limpeza do veículo deverá ser realizada fora das dependências da contratante e sob as expensas exclusivas da contratada.

2.2.6 - O TRE-PR se reserva o direito de reprovar veículos que julgar, a critério do GESTOR/FISCAL, inadequados ao objeto contratado, cuja substituição ou adequação/conserto do veículo deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da redução proporcional do quantum a ser pago à contratada.

2.2.7 - Documentação, taxas, seguro obrigatório, impostos e quaisquer obrigações legais exigíveis devem estar em dia.

2.2.8 - Os veículos deverão conter todos os itens de segurança exigidos pela legislação específica, dentro do prazo de validade (quando aplicável), bem como todas as lâmpadas em funcionamento e cintos de segurança para a quantidade prevista de passageiros.

2.2.9 - Os pneus, durante todo o período contratado, deverão estar com a espessura acima da dimensão mínima recomendada pelo fabricante.

2.2.10 - É vedada a utilização de carros de praça (táxi).

2.2.10.1 - Será permitida a utilização de veículos que não seja de propriedade da locadora contratada.

2.3 - Dos locais de prestação dos serviços:

2.3.1 - Conforme especificação do anexo I e anexo II, os veículos, objeto deste contrato, deverão servir o(s) seguinte(s) local(is):

(Adequar local e especificação solicitada conforme o pedido e item 2.3 do Termo de Referência - anexo I e informados no anexo II)

2.4 - Da entrega e retirada dos veículos:

2.4.1 - Para a execução dos serviços, a CONTRATADA procederá a entrega e o recolhimento do(s) veículo(s) na sede do Cartório Eleitoral, conforme cidades constantes do Anexo II (**para o(s) item(ns) - veículos**) e **no Cartório Eleitoral de Antonina (para o item 4 - veículos 4 x 4)**. ***(Adequar local e especificação solicitada conforme o pedido e item 2.4.1 do Termo de Referência - anexo I)***

2.4.2 - A critério do CONTRATANTE, 20% da previsão total do item 4, ou seja, 2 veículos, poderão ser utilizados em qualquer das Zonas Eleitorais (ZE) constantes do Anexo II. Sendo que a entrega/retirada do veículo deverá ocorrer nessa ZE.

2.4.3 - A CONTRATADA deverá realizar a entrega no dia e horário solicitado pelo Fiscal do contrato, desde que informado com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da solicitação da entrega.

2.4.4 - Todos os valores de entrega e recolhimento dos veículos já estão inseridos no valor da diária. O Tribunal não irá realizar o pagamento de nenhuma taxa extra de deslocamento.

2.4.5 - Caso a CONTRATADA não retire o veículo na data estipulada pelo Fiscal do Contrato, não será devido nenhum valor extra de diárias por parte do CONTRATANTE.

2.4.6 - A locadora deverá apresentar suporte para entrega e recebimento dos veículos demandados, em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e Feriados.

2.4.7 - A CONTRATADA deverá apresentar ao FISCAL, no dia da entrega do veículo:

- a) O veículo com a respectiva documentação em dia (licenciamento anual e IPVA);
- b) Cópia da Apólice de seguro do veículo;
- c) Quilometragem inicial registrada;
- d) Deverá ser emitido atestado de entrega e devolução do veículo, assinado pelo Fiscal do Contrato e por representante da CONTRATADA.

2.5 - Das características da contratação:

2.5.1 - As multas porventura imputadas aos veículos em locação, não serão de responsabilidade da CONTRATADA. Entretanto, a empresa locadora deverá enviar a multa para os Gestores do contrato, junto da documentação que comprove a locação do veículo pelo TRE-PR na data e horário da ocorrência.

2.5.1.1 - Caso a multa seja referente ao período de deslocamento até o cartório eleitoral, durante a entrega ou o recolhimento do veículo, deverá ser paga pela CONTRATADA.

2.5.1.2 - As multas de trânsito, ocasionadas exclusivamente pela Contratante, serão reembolsadas para a Contratada.

2.5.2 - O veículo deverá possuir seguro que inclua proteção total nos casos de colisão, furto, roubo, incêndio ou perda total; e cobertura contra terceiros de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para danos corporais e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para danos materiais, sem franquia.

2.5.2.1 - A comprovação da contratação e cobertura dos seguros previstos no item anterior poderão ocorrer por apólice ou declaração formal, sob as penas da Lei, da Seguradora.

2.5.3 - O veículo deverá ser entregue no Cartório Eleitoral com o tanque cheio. Da mesma forma, o veículo será devolvido para a Locadora com o tanque cheio.

2.5.4 - A quilometragem da diária será livre.

2.5.5 - A Contratada disponibilizará os veículos que lhe forem requisitados com a indicação da quantidade de diárias e do período de locação.

2.5.6 - O programa de manutenção preventiva e corretiva do veículo deve estar em dia, conforme especificação do fabricante.

2.5.7 - Em caso de sinistro, avaria ou manutenção, a CONTRATADA deverá realizar a substituição do veículo (se não houver conserto) no menor prazo, por igual ou similar, respeitando-se o limite de 24 (vinte e quatro) horas.

2.5.8 - Todas as despesas referentes a substituição dos veículos serão de responsabilidade da contratada.

2.6 - Da responsabilidade na condução dos veículos e sinistros.

2.6.1 - Os veículos somente serão conduzidos por servidores da TRE-PR, servidores requisitados de outros órgãos ou outros colaboradores formalmente autorizados para tal.

2.6.2 – Toda a responsabilidade por danos, furtos e roubos que ocorrerem ao veículo em locação será de inteira e única responsabilidade da locadora, salvo por imperícia ou imprudência do condutor, devidamente comprovado em Processo Administrativo.

2.6.3 - Nos casos de acidentes automobilísticos, incidentes, sinistros de modo geral, roubos, furtos ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos aos veículos locados, o CONTRATANTE se limitará a providenciar a devida comunicação para elaboração do Boletim de Ocorrência. A remoção, despesa com guinchos, franquias de seguro, se for o caso, e outras despesas relativas aos veículos sinistrados serão de inteira responsabilidade da empresa LOCADORA do veículo.

2.6.4 - A entrega dos veículos em substituição aos avariados/sinistrados é de inteira responsabilidade da locadora, dentro dos limites do Estado do Paraná.

2.6.5 - Durante o tempo em que o veículo locado não estiver em uso, por defeito ou sinistro sem responsabilidade do CONTRATANTE, este não pagará diárias pelo tempo correspondente às interrupções no uso do veículo.

2.7 - Da sustentabilidade:

2.7.1 - Os veículos devem utilizar combustíveis renováveis ou que causem menor impacto ambiental, inclusive mediante tecnologia “flex”. Excluem-se desta obrigatoriedade os veículos destinados a portadores de deficiências físicas, nos termos da Lei n.º 9.660/98.

2.7.2 - Os veículos devem estar adequados à legislação que trata de limites máximos de ruído (Resoluções Conama nº 1 de 11/02/1993, e nº 272 de 14/09/2000) e emissão de poluentes conforme o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – Proconve (Resoluções Conama nº 18 de 06/05/1986 e nº 315 de 29/10/2002).

2.7.3 - Deverão ser realizadas as manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos de forma a conservá-los seguros e eficientes, inclusive troca de qualquer peça de desgaste natural, e outros, tais como: troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, entre outros, em conformidade como o manual do veículo, com os princípios da sustentabilidade, e com os procedimentos de logística reversa conforme disposto na Lei nº 12.305/10.

2.8 - Dos critérios de recebimento, ateste e pagamento da fatura:

2.8.1 - A contratada deverá enviar a fatura MENSALMENTE, contendo um relatório detalhado, que consiste na descrição individual do período de locação e valores de cada zona eleitoral.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 - Habilitar o sistema de locação e o uso dos veículos, objeto desta contratação, em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da assinatura do contrato.

3.2 - Todas as manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos que forem necessárias, de forma a conservá-los seguros e eficientes, inclusive com troca de qualquer peça por desgaste natural, e outras, tais como: troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, entre outros, em

conformidade com o manual do veículo, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.3 - Quando houver quaisquer indisponibilidades, tais como revisões recomendadas pelo fabricante, execução dos serviços conforme item anterior, problemas mecânicos, incidentes, acidentes, etc., a CONTRATADA deverá substituir o veículo locado à CONTRATANTE por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação da ocorrência, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE, pelo período que for necessário.

3.4 - A substituição a que se refere o item anterior deverá ser efetivada pela CONTRATADA em qualquer localidade do Estado do Paraná em que se encontrar o veículo.

3.5 - A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de atendimento especializado, incluindo socorro com guincho para os casos de problemas mecânicos ou acidentes com os veículos locados.

3.6 - Disponibilizar linhas telefônicas e pessoal suficiente para que haja um pronto atendimento das ligações feitas pelos fiscais (chefes de cartório) e gestores da contratação. O número de telefone deve aceitar o recebimento de ligações a cobrar, bem como nos casos de plantões eleitorais, aos sábados, domingos e feriados.

3.7 - Disponibilizar linha telefônica exclusiva para que o gestor possa entrar em contato direto com o responsável da empresa contratada.

3.8 - Disponibilizar endereço eletrônico (e-mail) exclusivo para atendimento à presente contratação.

3.9 - Estar apta a utilizar aplicativo de mensagens para contato com a Contratante.

3.10 - Atender às convocações da Contratante, que poderão ser realizadas de todas as formas legais (inclusive via e-mail e aplicativos de mensagens), para comparecimento ao TRE-PR sempre e no prazo que a Contratante julgar necessário.

3.11 - Designar preposto na data da assinatura do contrato.

3.12 - O Preposto deverá estar disponível todos os dias, através de celular, inclusive sábados, domingos e feriados quando houver plantão da justiça eleitoral.

3.13 - A Contratada deverá facilitar as ações do Fiscal e do Gestor do Contrato, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, bem como planilhas para subsidiar as devidas conferências para ateste das notas fiscais e pronto atendimento às observações e às exigências por eles apresentadas.

3.14 - Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos destinados à execução do presente contrato conforme abaixo:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

Elemento de despesa:

Categoria Econômica: Custeio;
Siasg: 000004014

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - A contratação vigorará pelo período de(...) meses, de a , **(deverá ser informado pelo setor demandante)** podendo ser rescindida antecipadamente a critério da Administração, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de **R\$** (.....), conforme a seguir especificado:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
-	-	-	R\$	R\$

6.2 - Do documento fiscal:

6.2.1 - O documento fiscal deverá atender aos requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - Nota Fiscal Eletrônica, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, sple@tre-pr.jus.br, em formato PDF, ou emitido na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/PR.

6.2.1.1 - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/ documentos de habilitação deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

6.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs (matriz ou filial) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente aos seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA;
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais;
- Número do contrato;
- Banco, agência e conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

6.3 - Das condições do pagamento:

6.3.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, a conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado obedecendo ao prazo e formulário específicos, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

6.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

6.3.2.1 - Prazo para apresentação da nota fiscal pela CONTRATADA: até o **5º (quinto) dia do mês seguinte à prestação dos serviços.**

6.3.2.2 - Prazo para atestado da nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente depois de cumpridas todas as exigências contratuais.

6.3.2.2.1 - A nota fiscal/ fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

6.3.2.3 - Prazo para **pagamento da Nota Fiscal**: até **20 (vinte) dias** após o atestado da nota fiscal pelo gestor.

6.3.2.3.1 - Se o valor da nota fiscal for até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) o prazo para pagamento será de 05 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

6.4 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4.1 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 6.2.1.2.

6.4.1.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

6.4.2 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

6.4.3 - Na eventual ocorrência de atraso de pagamento, e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

6.5 - Da regularidade fiscal:

6.5.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.5.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.5.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

6.5.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.5.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

7.1 - Da substituição tributária:

7.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

7.2 - Dos tributos federais:

7.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

7.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

7.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

7.3 - Da retenção do ISS:

7.3.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº 116/03.

7.3.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

7.4 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

8.1 - O reajuste dos contratos com vigência até 01 ano encontra-se suspenso até disciplinamento diverso, oriundo de legislação federal e nas condições desta.

8.2 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, através de documentação que evidenciem a majoração dos custos de fornecimento, avaliados face às planilhas de composição de preços

pertinentes e após ampla pesquisa de mercado.

8.2.1 - A revisão, se deferida pelo Contratante, será concedida retroativamente à data em que foi protocolado o pedido pela Contratada.

CLÁUSULA NONA: DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

9.1 - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

9.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

Estes são itens padrão, favor renumerar abaixo

9.1 - Do Gestor do Contrato:

9.2 - As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos no presente Termo de Referência, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento de informações para a formalização dos procedimentos de repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanção, extinção de contrato, dentre outras.

9.3 - A gestão do contrato será responsável por:

9.3.1 - Exercer as atribuições listadas no item 9.2, auxiliado pelos fiscais setoriais;

9.3.2 - Atestar a Nota Fiscal em formulário próprio do TRE;

9.3.3 - Comunicar à contratada, via e-mail, carta ou ofício, sobre todos os problemas relacionados à execução do objeto contratual, fixando prazos para solucioná-los ou para correções das irregularidades encontradas;

9.3.4 - Anotar em registro próprio (PAD de fiscalização) todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas observadas (Art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei 8666/93).

9.3.5 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico para abertura de processo administrativo, encaminhando à Secretaria de Gestão Administrativa devidamente instruído com todas as informações pertinentes;

9.3.6 - Verificar se estão sendo cumpridas as obrigações contratuais assumidas pela contratada, bem como mantidas as condições de habilitação e de qualificação técnicas exigidas;

9.3.7 - Os gestores terão os mais amplos poderes, inclusive para:

a) Notificar a contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções ou irregularidades encontradas nas prestações dos serviços ora contratados;

b) Apurar, caso ocorram os motivos determinantes de multas e aplicá-las consoante as disposições contratuais que seguem.

9.4 - A fiscalização ficará responsável pelo atendimento dos seguintes itens:

- a) No ato do recebimento do veículo, realizar vistoria, conforme itens constantes no Termo de Vistoria. Caso haja alguma desconformidade, recusar o recebimento do veículo e comunicar imediatamente aos Gestores para que os mesmos possam solicitar a substituição do veículo.
- b) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- c) Atestar a prestação dos serviços executados durante o período através de sistema próprio, fazendo upload dos documentos que forem solicitados pelos Gestores (Relatório de Quilometragem, Documentação do veículo, entre outros).
- d) Solicitar à CONTRATADA a reposição imediata de veículo que apresentar qualquer defeito ou avaria que impossibilite a continuidade do deslocamento.
- e) Registrar as ocorrências junto aos Gestores do Contrato e atestar a pronta e adequada solução.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

TIPO	Inadimplemento/ Descrição	Sanção	Base de Cálculo
Leve	Deixar de cumprir qualquer das responsabilidades da contratada não previstas nos itens abaixo	Advertência	NÃO HÁ
Leve	Deixar de apresentar Relatório quando solicitado pelo gestor	10%	Valor MENSAL do Contrato
Médio	Não regularizar o cumprimento das responsabilidades da contratada	1% ao dia até o limite de 15%	Valor TOTAL do Contrato
Grave	Incidência recorrente em falhas nas obrigações da contratada	10%	Valor TOTAL do Contrato
Grave	Atraso de até 10 (dez) dias para disponibilizar o veículo	30%	Valor TOTAL da locação do veículo
Gravíssimo	Indisponibilizar ou retardar o serviço eleitoral em decorrência de falha na execução do objeto	Impedimento de licitar e contratar com a União	Rescisão do contrato por culpa da contratada

Gravíssimo	Atraso no início da entrega dos veículos, superior a 10 (dez) dias	Impedimento de licitar e contratar com a União	Rescisão do contrato por culpa da contratada
Gravíssimo	Não regularização das obrigações da contratadas no prazo de até 15 (quinze) dias	Impedimento de licitar e contratar com a União	Rescisão do contrato por culpa da contratada
Gravíssimo	Inadimplência total do Contrato	Impedimento de licitar e contratar com a União	Rescisão do contrato por culpa da contratada

10.2 - Em casos de rescisão, a sanção poderá ser cumulada com multa de 15% sobre o total do contrato.

10.2.1 - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.2.2 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.2.3 - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 78 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.1.1 - Deverão ser observadas as disposições da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, e suas alterações posteriores, que tratam do impedimento por parte deste Tribunal de manter, aditar, ou prorrogar contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que tenham determinadas relações de parentesco com membros deste Tribunal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de

¹ Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

14.2 - E, por estarem assim justas e contratadas assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba,.....de de 2020.

.....
Representante Legal
p/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral - TRE/PR
p/ CONTRATANTE

Anexos do contrato: T. Ref - Anexo I e Locais informados - Anexo II